

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



TERMO DE REFERÊNCIA

I – DO OBJETO

Este Termo de Referência reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME CONVÊNIO GSSP/ATP-023/223 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E O MUNICÍPIO DE ANGATUBA**, que se regerá pela Lei 14.133/21, art.75, II e suas alterações.

1.1 O objeto deste procedimento não é bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

1.2 O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens/serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME CONVÊNIO GSSP/ATP-023/223 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E O MUNICÍPIO DE ANGATUBA.	Unid.	2.880	R\$ 21,60	R\$ 62.208,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



1.3. As refeições prontas deverão ser compostas de:

Básico	Arroz agulhinha tipo 1; Feijão carioca tipo 1; Feijão preto tipo 1;
Prato Principal	Carne Bovina (músculo / picado de patinho / Coxão mole / Moída de 1ª / Contra filé / Costela / Bife de patinho / Posta branca); Carne de aves (Coxa e sobre coxa de frango / peito de frango / coxinha da sala de frango); Carne suína (Bisteca / Costelinha / Pernil); Carne de peixe (filé de tilápia); Embutido (linguiça de frango / linguiça toscana / paio);
Guarnição Complementos	Farofa de legumes; Bolinho de arroz; Macarrão com molho / macarrão alho e óleo; Polenta cremosa / polenta frita; Legumes refogados (chuchu / cenoura / repolho verde / abobrinha verde / acelga / abóbora / vagem / batata inglesa / batata doce / beterraba / mandioca / brócolis / couve-flor / couve manteiga / etc);
Legumes – cru ou cozido	Chuchu / cenoura / repolho verde / abobrinha verde / repolho roxo / vagem / beterraba / brócolis / couve-flor / couve manteiga / rabanete / tomate / cebola / etc;
Saladas – Folhas	Alface crespa / rúcula / escarola / raditi / agrião / almeirão / acelga / etc;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



- 1.4 A elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) fica DISPENSADA, de modo que todo o estudo acerca da contratação se encontra pormenorizada neste instrumento, em conformidade com o art. 4º do Decreto Municipal nº 782/2024.
- 1.5 O quantitativo mencionado acima é estimado com base na demanda, não gerando obrigação da Contratante de execução total durante a vigência do contrato.
- 1.6 O fornecimento é enquadrado como continuado, tendo em vista que visam a manutenção de atividades decorrentes de necessidades permanentes.
- 1.7 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

II – DO OBJETIVO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O município conta com uma unidade do Grupamento de Bombeiros, sendo que a aquisição de marmitex deve enfatizar a necessidade de garantir a alimentação dos bombeiros, que trabalham em regime de plantão 24 horas por dia (revezamento), atendendo a ocorrências e mantendo-se prontos para emergências.

2.2 A aquisição visa garantir que os bombeiros tenham acesso a refeições nutritivas e adequadas, contribuindo para o seu bem-estar e desempenho profissional e também conforme consta no Convênio GSSP/ATP – 023/23 como obrigação do município.

2.3. A presente contratação está fundamentada no art.75, II da Lei de licitações e contratos – LCC n.º 14.133/21.

2.3 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União e no site da AGU.

2.4. Na presente contratação não haverá necessidade da indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s)

III – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 As refeições deverão ser fornecidas em embalagem descartáveis de polipropileno – PP e atender as Resoluções 51 e 26 de novembro de 2010 n.º 52 e 26 de novembro de 2010 e n.º 105 de 19 de maio de 1999 da ANVISA I Agência Nacional de Vigilância Sanitária, onde constam as

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



Disposições Gerais para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos e seus Anexos. Também deverão atender a Resolução n.º 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para serviços de Alimentação.

3.2 A contratada deverá entregar as refeições prontas, tipo marmitex, pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo que deverão ser entregues 02 (duas) refeições por dia (almoço e jantar) para 04 (quatro) bombeiros de plantão e deverá ser entregue no Agrupamento situado na Rua Coronel Ludovico Homem de Góes, n.º 1645 – Parque Residencial Simões, nesta cidade de Angatuba, de segunda à segunda, inclusive feriados.

3.3 As refeições deverão ser preparadas no período matutino para consumo entre 11:00 (onze horas) até as 12:00 (doze horas), e no período vespertino para consumo entre 18:00 (dezoito horas) até às 20:00 (vinte horas).

3.4 A entrega e o transporte das refeições serão de total responsabilidade da empresa vencedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Angatuba.

3.5 Eventualmente e previamente agendado o serviço poderá ser prestado fora do horário comercial.

3.6 Os componentes das refeições deverão possuir a qualidade de uma refeição saudável, com higiene, o acondicionamento e preparo adequados, balanceados com os padrões nutricionais usualmente recomendados, devendo haver uma variação mínima em relação às verduras e às carnes, conforme item 1.3.

3.7 Se constatadas irregularidades no fornecimento do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

a) Rejeitar os serviços, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.8. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Dar à contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

b) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

c) Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



d) Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

3.9. Durante todo o período de execução dos serviços a CONTRATADA deverá:

a) Disponibilizar profissionais habilitados, que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento, ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações trabalhistas, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

c) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e quaisquer outros encargos/impostos que sejam resultantes da execução do objeto;

d) Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

e) Apresentar, sempre que solicitado durante a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação vigente em relação às obrigações assumidas na licitação, especialmente encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

f) Acatar as orientações da contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, quando houver.

g) Fornecer a quantidade de marmitex requisitada

h) Garantir o cumprimento da quantidade solicitada e da qualidade especificada no item 1.3, obrigando a substituir aqueles que estiverem danificados em razão do transporte no prazo de 15 (quinze) minutos

i) Fornecer em embalagem descartáveis de polipropileno – PP e atender as Resoluções 51 e 26 de novembro de 2010 n.º 52 e 26 de novembro de 2010 e n.º 105 de 19 de maio de 1999 da ANVISA I Agência Nacional de Vigilância Sanitária, onde constam as Disposições Gerais para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos e seus Anexos. Também deverão atender a Resolução n.º 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para serviços de Alimentação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A contratação de empresa para fornecimento de marmitex se faz necessária eis que o município não dispõe desse serviço e para contratar funcionários, inclusive pagar adicional noturno – horas extras e nos finais de semana, fazer a entrega, compra de alimentos ficaria inviável e mais caro. Sendo assim a melhor opção é já adquirir a refeição já pronta acondicionada em marmitex com a entrega diretamente do local.

IV – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA-ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS, LOCAL

4.1 A licitante vencedora deverá entregar as refeições prontas, tipo marmitex, pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo que deverão ser entregues 02 (duas) refeições por dia (almoço e jantar) para 04 (quatro) bombeiros de plantão e deverá ser entregue no Agrupamento situado na Rua Coronel Ludovico Homem de Góes, n.º 1645 – Parque Residencial Simões, nesta cidade de Angatuba, de segunda à segunda, inclusive feriados.

4.2 As refeições deverão ser preparadas no período matutino para consumo entre 11:00 (onze horas) até as 12:00 (doze horas), e no período vespertino para consumo entre 18:00 (dezoito horas) até às 20:00 (vinte horas).

4.3 A entrega e o transporte das refeições serão de total responsabilidade da empresa vencedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Angatuba.

4.4 O prazo máximo para a Contratada efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o Contratante, é de 15 (quinze) minutos a partir da comunicação pelo Contratante, devido a embalagem violada, divergência de especificação solicitada e outras não conformidades.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

V – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

VI – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

6.1 A gestão do contrato caberá ao Secretário *Adules Cerejo Dias*.

6.2 A fiscalização será exercida por *Everton Augusto Looze dos Santos*, sendo o fiscal suplente *Pedro Ricardo Paulo*, formalmente designados para o acompanhamento da contratação e

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



entrega dos serviços, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

6.3 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

6.3.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

6.3.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 12 (doze) meses;

6.3.3 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

6.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito para adoção das medidas cabíveis, consoante ao disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

6.5 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

6.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, conforme a legislação vigente;

6.7 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

6.8 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



VII – DO PAGAMENTO

7.1. Liquidação

7.1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais dos documentos, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.4. Constatando-se situação de irregularidade na aquisição/serviço, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



7.1.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do empenho/contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.2 Prazo do pagamento

7.2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA após a realização dos serviços, em uma única vez, **em até 30 (trinta) dias consecutivos**, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do equipamento/serviço, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação Aviso de Contratação Direta;

7.2.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

7.2.3. O órgão poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

7.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.2.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta ***menor preço***.

8.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são usuais para a generalidade dos objetos, conforme abaixo:

8.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



- b) Certidão de Regularidade Junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça); e
- c) Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

8.2.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), visto que esse abrange o cadastro no CNJ, do CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

8.2.1.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2. Habilitação jurídica

8.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos a Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 outubro de 2014, do Secretario da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

8.3.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

8.3.7. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

8.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. Qualificação Econômico-financeira

8.4.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021;

IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 62.208,00** (sessenta e dois mil, duzentos e oito reais), conforme Nota Técnica – Relatório da Pesquisa de Preços.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.12.02 – Segurança Pública e Trânsito

Fonte de recurso: 1 – Recursos do município

Natureza de despesa: 3.3.90.30.00

Classificação funcional: 06.182.0030.2.044

Dotação: 183

Angatuba/SP, 12 de junho de 2025

Responsável pela Elaboração da Demanda:

EVERTON AUGUSTO LOOZE DOS SANTOS

Corregedor / Guarda Civil Municipal

De acordo:

ADULES CEREJO DIAS

Secretário de Segurança Pública e Trânsito